



A TRAJETÓRIA DE UMA ALUNA SURDA NA EDUCAÇÃO DO CAMPO: desafios e possibilidades

Tamara Raiane Rocha
Sandra Aparecida Lima Silveira Farias
Universidade do Estado da Bahia
(UNEB – *Campus XII*)

Resumo

O projeto de pesquisa **A TRAJETÓRIA DE UMA ALUNA SURDA NA EDUCAÇÃO DO CAMPO: desafios e possibilidades** busca analisar o processo de ensino e aprendizagem de uma aluna surda no contexto educacional do/no campo. Para isso, tem como objetivo compreender, de forma geral, o processo educacional do educando surdo, verificar os possíveis desafios e averiguar os avanços educacionais ocorridos durante a trajetória dessa aluna surda em escolas do/no campo. Para alcançar esses objetivos, recorreremos a uma pesquisa de abordagem qualitativa, a partir do estudo de caso e a análise documental. Como instrumentos de coleta de dados, recorreremos a questionários semiestruturados que serão direcionados aos diretores, professores e intérpretes e entrevistas que serão realizadas com a aluna surda e a sua mãe. A partir deste estudo espera-se construir uma fonte de informação, que poderá ser utilizada para melhorar os aspectos referentes ao ensino e aprendizagem dos educandos surdos do município de Guanambi-BA.

Palavras-chave: Educação dos Surdos. Educação do Campo. Processo de ensino e aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Historicamente as pessoas surdas e as pessoas que residem no campo integraram grupos que por um longo período foram marginados pela sociedade, a qual foi constituída associada a um ideal de normalidade. Pensando numa perspectiva do educando surdo na Educação do/no Campo os desafios tendem a ser maiores, pois como bem nos lembram Bregonci e Jesus (2016), as políticas públicas chegam com menor intensidade nesses contextos em que mais se precisa. No âmbito educacional esses desafios se constituem na falta de intérpretes, materiais didáticos, de uma formação continuada para os professores



regentes das salas regulares que os possibilitem se inserir no processo de ensino-aprendizagem com foco em práticas pedagógicas inclusivas.

Para isso, é necessário desvincular a concepção ainda recorrente da surdez como patologia, que se configura como um problema físico que precisa de uma intervenção médica para que os/as surdos/as se encaixem ao grupo hegemônico. É preciso compreender a surdez como cultura, pois a comunidade surda possui características próprias visuais para interagir com o mundo que a cerca (Gesser, 2009).

Conduto, podemos perceber importantes avanços a respeito da acessibilidade educacional, assegurados pelas conquistas legislativas. Conforme foi estabelecido na Lei nº 10.436/2002, a Língua Brasileira de Sinais passou a ser reconhecida como meio legal de expressão para a comunidade surda (Brasil, 2002). E, em 2005, surge o Decreto nº 5.626 que regulamenta a Lei nº 10.436/2002, tornando-se uma lei fundamental para a inclusão de pessoas surdas no Brasil. Como também, a Política Nacional de Educação Especial de 1994 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996). Vale ressaltar que no ano de 2021, a Lei nº 9.394/1996 é alterada para regulamentar sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos.

Considerando o respaldo legal e também na condição de educador/estudante de Pedagogia, cabe assegurar através da pesquisa se os direitos já adquiridos estão sendo efetivados no âmbito escolar. De modo, a construir uma fonte de informação que possibilite identificar possíveis desafios e avanços de uma educanda surda dentro de uma realidade específica.

OBJETIVO(S)

O objetivo geral deste estudo é analisar o processo de ensino e aprendizagem de uma aluna surda na Educação do Campo. Especificamente, busca-se compreender o processo educacional do aluno surdo, conhecer as principais características da Educação do Campo, verificar quais os possíveis desafios encontrados por uma aluna surda em sua trajetória



educacional e averiguar os avanços educacionais alcançados por essa aluna durante esse percurso.

PERCURSO METODOLÓGICO

Essa é uma pesquisa de abordagem qualitativa, a escolha por tal abordagem se deu em função do objetivo de analisar de modo subjetivo o processo educacional de uma aluna surda em uma instituição de apoio e em três escolas da Rede Municipal de Guanambi. Tendo como técnica de pesquisa o estudo de caso, que busca se debruçar num estudo profundo de um objeto, procurando um conhecimento detalhado (Gil, 2010). Nesse caso, a trajetória do processo de ensino e aprendizagem de uma aluna surda na Educação do Campo em salas regulares no contexto de colegas ouvintes.

Assim, pretende-se recorrer a análise documental do histórico escolar da estudante e o Projeto Político Pedagógico (PPP) das instituições de ensino, a fim de compreender o desenvolvimento da aprendizagem e como a educação inclusiva para os/as surdos/as é abordada no PPP. Pois, de acordo com Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009) os documentos são excelentes fontes de informações, trazendo um conteúdo que poderá elucidar determinadas questões e servir de prova para outras, claro que a depender do interesse do pesquisador.

Como instrumentos de pesquisa foram elaborados questionários semiestruturado, que englobam questões objetivas e dissertativas, que serão direcionados aos diretores, professores e intérpretes que desejarem participar da pesquisa.

Também, com o intuito de conhecer com mais detalhes a trajetória da aluna surda, pensou-se na realização de entrevistas com essa aluna e a sua mãe. Posteriormente, será feita a análise de todos os dados coletados. Ainda, é importante destacar que esta pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa CEP/UNEB, juntamente com toda a documentação necessária. Logo após a aprovação, os resultados poderão ser publicados para uma maior visibilidade desse tema, principalmente, no meio acadêmico.



Processo educacional dos surdos

É importante mencionar que a educação dos/as surdos/as se iniciou a partir da prática médica e religiosa, a primeira perspectiva faz referência ao estudo acerca da surdez enquanto patologia e a segunda em um viés solidário.

Porém, como nos mostra Goldfeld (2002), algumas filosofias fazem parte dessa história. A Oralista busca a inserção da criança surda na comunidade ouvinte, através do aproveitamento dos restos auditivos para o desenvolvimento da fala. Já a Comunicação Total defende a utilização de qualquer recurso linguístico que possa facilitar a comunicação entre ouvintes e surdos(as) (Goldfeld, 2002). E o bilinguismo, ao contrário das outras duas concepções, considera que as pessoas surdas constituem uma comunidade, com língua e cultura própria (Goldfeld, 2002).

Educação do Campo

A Educação do Campo é constituída a partir das lutas travadas pelos movimentos sociais do campo, a qual deve ser pensada a partir da realidade social dos seus educandos. Sendo eles pertencentes: as comunidades negras rurais, quilombolas, bóias-frias, assalariados rurais, posseiros, meeiros, arrendário, acampados, assentados, reassentados atingidos por barragens, agricultores familiares, vileiros, povos das florestas (Caldart, 2002).

Sendo a escola do campo o lócus central da nossa pesquisa, uma vez que, as instituições escolares que farão parte do estudo se localizam no distrito de Morrinhos, que predominantemente atende alunos do campo e, são hoje reconhecidas como escolas do campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este projeto, que já foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UNEB e está aguardando aprovação, encontra-se em análise. Trata-se de um projeto que já vem sendo desenvolvido, no que diz respeito às primeiras etapas, como os estudos relacionados ao referencial teórico e à pesquisa documental, os quais já estão sendo trabalhados. Inclusive, já foi realizado o primeiro contato com as escolas e o centro de apoio, e já obtivemos a aceitação



dessas instituições para a participação na pesquisa. Agora, estamos aguardando a aprovação do conselho para dar início às entrevistas e aos questionários com os participantes da pesquisa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.934, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 17 de maio de 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.934, de 19 de dezembro de 2000**. Brasília, 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm. Acesso em: 17 de maio de 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Brasília, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm. Acesso em: 17 de maio de 2024.

BRASIL. **Lei nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Brasília, 2005. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/566431/publicacao/15727237>. Acesso em: 17 de maio de 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.191, de 03 de agosto de 2021**. Brasília, 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/114191.htm. Acesso em: 17 de maio de 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BREGONCI, Aline de Menezes. JESUS, Denise Meyrelles de. Refletindo sobre a surdez em espaços não-hegemônicos. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, nº 46, jul-dez, 2016.

CARDART, Roseli Salete. Por Uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In: KOLLING, Edgar Jorge; OSFS, Paulo Ricardo Cerioli; CARDART, Roseli Salete. **Educação do Campo: identidade e políticas públicas**. Por uma Educação do Campo. Brasília: 2002. p. 18-25.

GESSER, Audrei. **LIBRAS? que língua é essa?: Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda**. São Paulo: Parábola, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

25 a 27
setembro
2024



POR UMA
UNIVERSIDADE
PÚBLICA,
DIVERSA E
INCLUSIVA

GOLDFELD, Marcia. A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista. 7 ed. São Paulo: Plexus Editora, 2002.

PINTO, Fernanda Bouth. **Vendo vozes: a história da educação dos surdos no Brasil oitocentista.** p. 1-14. 2007.

SÁ-SILVA, Jackson, ALMEIDA, Cristóvão, GUINDANI. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**, n. 1, p. 1-15, jul. 2009.